Diário Oficial

Maceio - Segunda-feira
10 de Fevereiro de 2014
Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme LEI N° 7.397/2012

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Assinado digitalmente pela
COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS,
INTERMEDIAÇÃO E PARCERIAS DE
ALAGOAS - CEPAL
Data: Segunda-feira, 10 de Fevereiro de 2014 às 0:00:00

Ano 102 - Número 28

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-iNSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBCORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EDUARDO TAVARES MENDES

OUVIDOR-SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
JOSÉ ARTUR MELO
EDUARDO TAVARES MENDES
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
MARCOS BARROS MÉRO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - Presidente
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
MARCOS BARROS MÉRO
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTI

CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL
JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 07 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTES PROCESSOS:

Proc: 2415/2013.
Interessado: Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo – Licitações e Contratos. Programa de Capacitação Funcional. Contratação de Instituição sem fins lucrativos para realização de cursos de treinamento de pessoal. Projeto Básico. Deferimento do pleito. Contratos nº 34/2013 e nº 35/2013, ambos em vigor. Pedido de realização de novo empenho face à anulação de empenho anterior vinculado ao exercício do ano de 2013, com vistas à execução contratual no exercício financeiro do corrente ano. Pela possibilidade de deferimento do pleito, à conta da dotação informada pela DPO/PGJ/AL, sugerindo remessa dos autos à Diretoria de Programação e Orçamento para as medidas que o caso requer".

Proc: 2819/2013.
Interessado: Prefeitura Municipal de Maceió.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Considerando que a Fiscalização Preventiva Integrada – FPI desenvolve-se junto à 4ª Promotoria de Justiça da Capital, com atribuições judiciais e extrajudiciais de defesa do meio ambiente, encaminhe-se este procedimento aquele Órgão de Execução.

Proc: 3993/2013.
Interessado: Conselheiro Cícero Amélio da Silva, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de informações (Resolução nº 184/2013).
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.

Proc: 5441/2013.
Interessado: Dr. Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Promotor de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Despesas de pequeno valor realizadas no exercício anterior. Ateste e reconhecimento da despesa realizada. Aplicação do art. 37 da Lei 4.320/64. Necessidade de atualização do valor da fatura. Pelo deferimento, após a recomendação ora exarada".

Proc: 6038/2013.
Interessado: Victor Marinho de Melo Magalhães, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de progressão.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão Horizontal. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 24 (vinte e quatro) meses no exercício do cargo na referência que se encontra, avaliação especial de desempenho, assiduidade e inexistência de anotação acerca de punição por crime contra a administração pública, ilícito administrativo ou disciplinar. Pelo deferimento da progressão horizontal - Símbolo PGJ-C - da Classe C referência II para a referência III, face disposição expressa dos arts. 4º e 9º da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006".

Proc: 6167/2013.
Interessado: Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações. Compras. Aquisição de um (01) porteiro eletrônico – com 02 (dois) fones para extensão, para atender à necessidade do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas – GECOC do Ministério Público de Alagoas. Termo de Referência. Regularidade. Justificada a necessidade da aquisição. Orçamento nº 003/2014, elaborado pelo setor de compras contendo três (03) cotações de preços no mercado local. Contratação direta pelo menor preço, apresentado pela empresa "Cezários Móveis e Comércio – EPP", no valor de R$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais). Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Pelo deferimento".

Proc: 6316/2013.
Interessado: Setor de Patrimônio desta PGJ.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 6317/2013.
Interessado: Juízo de Direito da 7ª Vara Comarca de Arapiraca.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Considerando o teor das informações prestadas às fls. 08/12 e não havendo outra medida a ser adotada, determino o arquivamento deste procedimento administrativo.

Proc: 073/2014.
Interessado: Diretoria de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.
Assunto: Provimento de cargo público.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Pedido de Provimento de cargos públicos. Nomeação. Cargo vago, criado pela Lei nº 7.245/2011. Existência de concurso público com prazo de validade vigente. Obedecida a ordem de classificação. Pela possibilidade jurídica de edição do ato de provimento originário pretendido, sugerindo à evolução dos autos à Diretoria de Pessoal para adoção das medidas ao cumprimento dos requisitos necessários à posse, insertos nos itens 09 e 10 do Edital de nº 01/2011 do 2º Concurso Público para provimento de cargos de servidores efetivos do Ministério Público do Estado de Alagoas". Lavre-se o ato respectivo.

Proc: 121/2014.
Interessado: Fellipe Tavares de Carvalho Barros, gestor do contrato.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade local, com o fornecimento de Central por comodato, por meio de entroncamentos digitais (E1), serviços de discagem direta e ramal – DDR, linhas analógicas e na modalidade longa distância nacional. Pedido de emissão de Empenho Estimativo em favor da Telemar para atender às necessidades de demanda das Promotorias de Justiça da Capital e Interior. Exercício 2014. Lei nº 4.320/64. Inexibilidade de licitação - Aplicação do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Informação das Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças sobre a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para atender à despesa. Pelo deferimento".

Proc: 180/2014.
Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.
Assunto: Requerimento de adiantamento.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo-Suprimento de Fundos. Decreto nº 23.532, de 28 de novembro de 2012. Despesa de pequeno valor pecuniário e de pronto pagamento para atender as necessidades inadiáveis do Ministério Público. Pelo deferimento".

Proc: 196/2014.
Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerimento de adiantamento.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo-Suprimento de Fundos. Decreto nº 23.532, de 28 de novembro de 2012. Despesa de pequeno valor pecuniário e de pronto pagamento para atender as necessidades inadiáveis do Ministério Público. Pelo deferimento".

Proc: 246/2014.
Interessado: Dr. Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 292/2014.
Interessado: Corregedoria Geral da Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Considerando o teor da informação da Assessoria Especial desta Procuradoria Geral de Justiça, determino a evolução dos autos ao Colégio de Procuradores de Justiça objetivando discussão e deliberação sobre o tema suscitado.

Proc: 416/2014.
Interessado: Procuradoria Regional Eleitoral.
Assunto: Encaminhamento de documentos (Oficio nº 001/2014-GPRE/AL/MDC).
Despacho: Considerando o teor do ofício inaugural, arquive-se.

Proc: 461/2014.
Interessado: Elenise Daudt Tenório de Souza, Consultora Jurídica desta PGJ.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, pelo deferimento, com remessa dos autos à Diretoria de Pessoal.

Proc: 477/2014.
Interessado: Procuradoria Geral do Estado.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Junte-se ao Proc. PGJ 5305/2013. Após à douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 494/2014.
Interessado: Juízo de Direito da 11ª Vara de Família e Registro Civil da Capital/Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Apense-se ao Proc. PGJ nº 574/2014.

Proc: 519/2014.
Interessado: Secretaria Municipal de Assistência Social.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Dr. Luiz de Albuquerque Medeiros Filho.

Proc: 558/2014.
Interessado: Dra. Neide Maria Camelo da Silva, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Defiro. Lavre-se a portaria solicitada. Após, arquive-se.

Proc: 562/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 574/2014 (Proc. CNMP nº 0.00.000.000169/2014-73).
Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DP para cumprir a liminar do Conselheiro Walter de Agra Júnior, membro do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos da decisão de fls. 03/07.

Proc: 587/2014.
Interessado: Andreza Galindo Alves de Queiroz e João Marcello Vieira de Almeida, Analistas do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, DESPACHOU, NO DIA 04 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTES PROCESSOS:

Proc: 282/2014.
Interessado: Superintendência Municipal de Controle do Convívio Urbano – SMCCU.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia do Proc. N. 4000.80192/2013).
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 66ª Promotoria de Justiça de Maceió.

Proc: 283/2014.
Interessado: Superintendência Municipal de Controle do Convívio Urbano – SMCCU.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia do Proc. N. 4000.7580/2013).
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 66ª Promotoria de Justiça de Maceió.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 07 de fevereiro de 2013.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

ATO NORMATIVO DG Nº 3/2014

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, resolve designar como gestora do contrato discriminado, a servidora abaixo:

FABIANA IDE RODRIGUES DE CARVALHO, matrícula nº 825733-7, como gestora do contrato nº 04/2014, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a empresa ÁGUAS MINERAIS DO NORDESTE LTDA – EPP.

Maceió, 7 de fevereiro de 2014.

JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA
Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 011/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e tendo em vista o contido no Proc. PGJ nº 073/2014, RESOLVE nomear, em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público, LUCIANA BORBA VILANOVA, portadora do CPF nº 004.978.303-37, para exercer o cargo de Analista do Ministério Público – Área Jurídica, código AE-109-PGJ, Região 06 – Rio Largo, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 7.245/2011.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 07 de fevereiro de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 022, DE 06 DE JANEIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar a Dra. MARTHA BUENO MARQUES PINTO, Promotora de Justiça de Pão de Açúcar, de 2ª entrância, para, sem prejuízo de suas atuais funções, funcionar conjunta ou separadamente com a Promotora de Justiça titular da 47ª Promotoria de Justiça de Maceió.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

*Republicado.

PORTARIA PGJ nº 038, DE 08 DE JANEIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em razão da decisão exarada nos autos do processo PGJ nº 6038/13, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo VICTOR MARINHO DE MELO MAGALHÃES, Analista do Ministério Público – Gestão Pública, Símbolo PGJ-C, da Classe C, referência II para a referência III da mesma Classe.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

*Republicado.

PORTARIA PGJ nº 110, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para atuar nos autos do processo nº 0501493-44.2007.8.02.0012, em tramitação na Promotoria de Justiça de Girau do Ponciano, em razão da arguição de suspeição do Promotor de Justiça designado.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 111, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. CLÁUDIO PEREIRA PINHEIRO, 5º Promotor de Justiça de Maceió, para atuar nos autos do processo nº 0032560-44.2012.8.02.0001, em tramitação no Juízo de Direito da 12ª Vara Criminal de Maceió, em razão da arguição de suspeição da Promotora de Justiça titular.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 112, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atendimento ao requerido no Processo PGJ nº 5877/2013, RESOLVE designar os Doutores ALBERTO TENÓRIO VIEIRA, 1º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância e SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para integrarem, respectivamente, na condição de titular e suplente, o Comitê do Pacto Estadual "Um Mundo para Crianças e o Adolescente do Semiárido".
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 113, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atendimento ao requerido no Processo PGJ nº 291/2014, RESOLVE designar as Doutoras MARIA JOSÉ ALVES DA SILVA, 1ª Promotora de Justiça de Santana do Ipanema, de 2ª entrância, atualmente oficiando perante a 35ª Promotoria de Justiça de Maceió e GILCELE DÂMASO DE ALMEIDA LIMA, 3ª Promotora de Justiça de Rio Largo, de 2ª entrância, para integrarem, respectivamente, na condição de titular e suplente, o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Rurais.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 114, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atendimento ao requerido no Proc. PGJ nº 558/2014, RESOLVE designar o Dr. FLÁVIO GOMES DA COSTA NETO, 61º Promotor de Justiça de Maceió, para, sem prejuízo de suas atuais funções, funcionar conjunta ou separadamente com a Promotora de Justiça designada para a Promotoria de Justiça de Maribondo, até ulterior deliberação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 115, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. HUMBERTO PIMENTEL COSTA, 33º Promotor de Justiça de Maceió, portador do CPF nº 802.943.244-53, matrícula nº 76582, 1 ½ (uma e meia) diária, no valor unitário de R$ 435,10 (quatrocentos e trinta e cinco centavos e dez centavos), perfazendo um total de R$ 652,65 (seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Traipu, no período de 15 a 16 de janeiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Traipu, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1.198, de 30 de setembro de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 116, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE lotar o servidor ANTÔNIO PACHECO SANTOS COSTA, portador do CPF nº 077.247.434-60, Analista do Ministério Público – Área Jurídica, na 5ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 117, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em seu favor, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 664,74 (seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), perfazendo um total de R$ 1.329,48 (hum mil trezentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Brasília – DF, no período de 02 a 04 de fevereiro do corrente ano, para participar de Reunião Ordinária dos Procuradores – Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça